

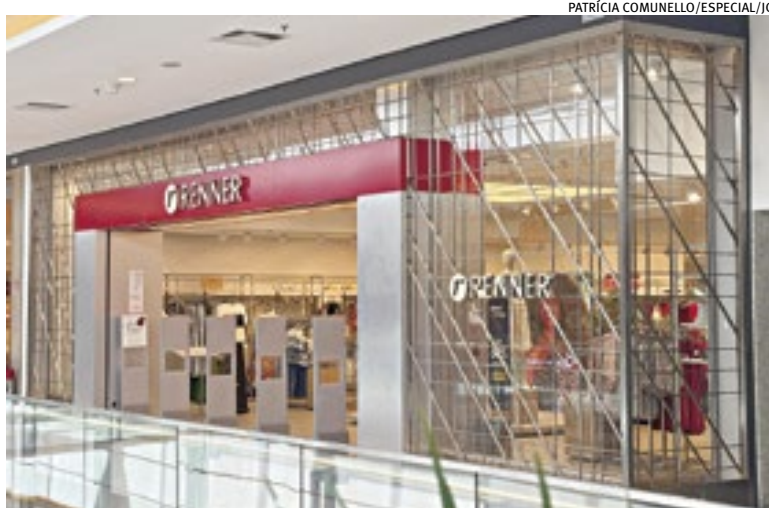
economia

Fim da 6x1 acende alerta sobre lucros de empresas na Bolsa

Supermercados, farmácias e lojas de vestuário são os mais expostos

/ MERCADO FINANCEIRO

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br



PATRÍCIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC

Grandes companhias têm maior capacidade de absorção dos custos

O fim da escala 6x1 já entrou na conta dos investidores e acendeu um alerta sobre a rentabilidade de algumas das maiores empresas da Bolsa brasileira. A redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem corte de salários, deve elevar os custos operacionais e pressionar os lucros de companhias que dependem de grandes contingentes de trabalhadores. Na quinta-feira (15), após a aprovação da mudança pelo Senado, o Ibovespa recuou 1,06%, aos 204.324 pontos, em meio também a incertezas eleitorais e internacionais.

Promulgada pelo Congresso nesta sexta-feira (16), a mudança estabelece dois dias de descanso remunerado por semana. A transição será gradual: a jornada cairá para 42 horas após 60 dias e chegará a 40 horas em dezembro de 2027. Para as empresas, o desafio será manter as operações com menos horas disponíveis por funcionário, sem comprometer as margens de lucro.

No primeiro pregão após a aprovação, Magazine Luiza recuou 4,24% e C&A, 4,18%. Na construção civil, MRV perdeu

4,94% e Direcional, 9,26%. As quedas, porém, não podem ser atribuídas exclusivamente à nova legislação, uma vez que pesquisas eleitorais, juros americanos e fatores específicos das companhias também influenciaram as negociações.

A preocupação tem fundamento matemático. Com o salário preservado, a redução de 44 para 40 horas representa um aumento de 10% no custo da hora trabalhada.

Para compensar, as empresas poderão precisar contratar funcionários, pagar horas extras ou reorganizar turnos. Segundo simulação da XP, sem repasses de preços ou ganhos de produ-

tividade, o Ebitda das varejistas analisadas, indicador de resultado operacional, cairia em média 8%, enquanto o lucro líquido recuaria 18%.

“O impacto maior deve aparecer nas empresas intensivas em mão de obra, especialmente aquelas que precisam operar seis ou sete dias por semana”, afirma Luiz Couto, economista da Desbrava Capital.

Supermercados, farmácias e lojas de vestuário aparecem entre os segmentos mais expostos. Companhias com margens maiores ou operações internacionais, como Lojas Renner e Smart Fit, tendem a apresentar maior capacidade de absorção dos custos.

Agro também deve sentir os efeitos da medida

A pressão não ficará restrita ao comércio. Frigoríficos e usinas de açúcar e etanol também terão de adaptar suas operações, muitas vezes sem espaço para reajustar os preços dos produtos. Relatório divulgado nesta sexta pelo BTG Pactual estima um custo adicional anual de R\$ 824 milhões para a MBRF, equivalente a 6,8% do Ebitda projetado para 2027. Na JBS, o impacto seria de R\$ 1,03 bilhão, mas representaria apenas 3,2% do indicador, graças à maior diversificação internacional.

Nas usinas, que operam praticamente sem interrupções durante a safra, a redução da jornada poderá exigir novas contratações. O custo adicional estimado chega a R\$ 193 milhões na São Martinho e R\$ 48 milhões na Jalles Machado. Nesta última, o valor equivale

a 25,8% do lucro líquido projetado. As produtoras de grãos aparecem relativamente mais protegidas: na gaúcha 3tentos, o impacto seria de R\$ 28 milhões, ou 1,6% do Ebitda. As estimativas consideram os efeitos anuais da mudança integralmente implementada, comparados às projeções financeiras para 2027, e não necessariamente despesas realizadas naquele ano. Entre as companhias menos expostas está a Ambev, cujo custo adicional de R\$ 311 milhões representaria apenas 1% do Ebitda.

Outros setores também preocupam. Hospitais e clínicas poderão precisar ampliar seus quadros em 9% a 10% para preservar os plantões, conforme estimativas citadas por Couto. Na educação privada, a XP aponta risco de aumento de aproximadamente 20%

nas despesas com descanso semanal remunerado de professores horistas, dependendo da interpretação das novas regras.

Para Ricardo Teixeira, coordenador do MBA em Gestão Financeira da FGV, a pressão sobre as ações tende a continuar enquanto os investidores recalculam as projeções de resultados. “A admissão de novos funcionários envolve despesas adicionais, fazendo com que o impacto financeiro seja superior à simples diferença de horas”, explica. Bancos e empresas de tecnologia, menos dependentes de operações presenciais contínuas, devem sentir efeitos menores.

Apesar das projeções, Couto ressalta que as companhias não permanecerão paradas diante das mudanças.

Congresso promulga PEC que entra em vigor em 60 dias

/ TRABALHO

O Congresso Nacional promulgou na sexta-feira a Emenda Constitucional nº 141 de 2026, que põe fim à escala de seis dias de trabalho e apenas um de descanso (6x1) e prevê a escala 5x2, com duas folgas por semana, para todos os trabalhadores do Brasil dentro de dois meses.

A emenda ainda prevê uma redução gradual da jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais, sem redução salarial, dentro de um período de transição de 14 meses. Nascida a partir de pressão das ruas e atendendo a uma demanda histórica dos trabalhadores e sindicatos, a proposta teve a tramitação concluída na última quarta-feira no Senado, com 75 votos favoráveis contra 1, do ex-vice-presidente e senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

Apoiada pelo governo, a votação contou com apoio também da oposição, que era contra a PEC e tentava impedir a votação nesta semana. Após a sessão ter sido marcada, no entanto, a oposição liberou a bancada, que votou majoritariamente pelo fim da 6x1.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, também promulgou a PEC que cria uma aposentadoria especial a agentes comunitários de saúde e efetiva vínculos temporários, e agora é a emenda constitucional 140. O governo se opôs à proposta e tentou derrubar do texto a previsão de paridade e integralidade,

que garantem a aposentados o mesmo salário da ativa e reajuste anual igual ao dos que seguem trabalhando, mas a negociação não andou.

A equipe econômica calcula que a emenda gere um custo de R\$ 30 bilhões em dez anos, enquanto relatores afirmam que a estimativa é exagerada. Após a aprovação no Senado, em julho, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, sinalizou que o governo pode recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) caso o Congresso não aponte a fonte de receitas para compensar os gastos extras.

Apesar de considerar a flexibilização da aposentadoria dos agentes uma espécie de pauta-bomba, a base do governo moderou as críticas ao texto. Os agentes comunitários de saúde são vistos como uma categoria organizada e com certo poder de influência nas bases.

O peso do grupo foi visto durante a votação da PEC na Câmara dos Deputados, quando centenas deles ocuparam galerias do plenário. Nesta sexta, um pequeno grupo estava nas galerias do Senado. Após a assinatura, gritavam agradecimentos direcionados ao presidente Lula.

Os agentes de saúde atuam na vigilância epidemiológica, como no combate à dengue ou leishmaniose, na busca ativa por pessoas contaminadas para o controle de doenças contagiosas, e no acompanhamento da vacinação infantil e junto aos programas de saúde da família.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL/ DIVULGAÇÃO/JC



Governo e Congresso comemoraram o fim da escala de trabalho